

## SOBRE A CONSIDERAÇÃO FOUCAULTIANA DE NOME PRÓPRIO

### FOUCAULT'S CONSIDERATIONS ABOUT PROPER NAMES

Daniel de Oliveira Gomes

RESUMO: Trabalhamos, neste ensaio, a questão pragmática do “nome próprio de autor”, atravessando alguns autores que focalizaram mais diretamente o tema. Propomos um estudo das diferenças de abordagem de Michel Foucault e suas inovações relativas tanto ao contexto das problemáticas efetivas do funcionamento do nome próprio, quanto ao próprio modo de falar com a qual ele, decididamente, articulava suas ideias.

PALAVRAS-CHAVE: Nome próprio. Foucault. Searle.

ABSTRACT: This article discusses the pragmatic issues related to proper names using the support of authors such as Searle, Derrida and others. The article studies the different approaches used by Foucault and his innovations concerning the context about the functioning of proper names as well as Foucault's own way of speaking and how he articulated his ideas.

KEYWORDS: Proper name. Foucault. Searle.

#### 1. NOME PRÓPRIO: UM VELHO TEMA, UM NOVO TEMA

“Nome próprio” é um tema milenar, da ontologia e mais tarde da filosofia da linguagem. Um tema que foi estudado desde Platão, já constante nos mitos sacros, nas narrativas do Velho Testamento, e que, sobretudo, passou como temática filosófica pela teoria russeliana. Foi, igualmente, uma questão do estruturalismo, quando

Saussure identificou o nome próprio como algo que funcionava somente dentro de um sistema de diferenças entre outros nomes. Vira um tópico da análise do discurso e vem a ser retomado por John Searle e Michel Foucault de modos distintos, em textos simultâneos de 1969. “Nomes próprios e Intencionalidade” (Searle) *versus* “O que é um autor” (Foucault). Estudaremos, neste artigo, um pouco dessas arguições, visando

---

\* Professor adjunto na Universidade Estadual do Centro-Oeste - Paraná. E-mail: <setepratas@hotmail.com>.

atravessamentos marginais entre alguns autores, considerando que é um tema que, apesar de ter virado uma espécie de tabu no fim da década de 1970, foi retomado, enfim, na década de 1980, por muitos foucaultianos (evidenciando que Foucault operou ele mesmo, neste tema, o que chamava de uma “instauração de discursividade”).

Giorgio Agamben, no primeiro capítulo de *Signatura rerum*, trabalha a questão do termo “paradigma”, de que Foucault faz muito uso em seus escritos arqueológicos, suas exemplificações. Explica-nos, então, a exceção onde o procedimento foucaultiano se coloca. Para ele, o paradigma caracteriza o próprio método discursivo foucaultiano, no sentido da energia deslocada para liberar-se do domínio historiográfico francês, que pesaria contextos metonímicos desde o séc. XVIII. Acerca do tema do nome próprio, Foucault se encontrava o mais paradigmático possível, o que gerou muitas confusões imediatas na recepção de suas investigações e hipóteses, as quais, depois, ficaram como que à margem das problematizações filosóficas e históricas por um certo tempo, até, quem sabe, irem atingindo certa maturação.

Hoje, o tema do nome próprio está se tornando uma preocupação bem comum como elo transdisciplinar das interfaces entre Linguística, Literatura e Filosofia. Como dirá o professor de literatura comparada em Nova Iorque, Niels Buch-Jepsen, em artigo de 2001:

Há uma geração o estudo dos nomes de autor representa um tipo de *tabou* na crítica literária. Uma das razões

pela criação deste *tabou* foi estranhamente a assimilação considerável do artigo de Michel Foucault “O que é um autor?” (1969) no mundo dos críticos. O texto bem conhecido é entretanto também um dos textos foucaultianos dos mais problemáticos. A famosa ‘função-autor’ que o artigo esboça tem perturbado e inspirado por sua vez toda uma geração de pesquisadores em história literária. No entanto, a função-autor não foi nunca explicitamente definida e mesmo o emprego da distinção entre autor e função-autor no pequeno texto não está sempre resultante.<sup>1</sup> (BUCH-JEPSEN, 2001, p. 48).

Pois bem, dentre esses leitores críticos que certamente passaram obrigatoriamente por Foucault, citaríamos o filósofo Jacques Derrida, que retoma a semântica do nome próprio a partir da metáfora de Babel e que (digamos de passagem) Foucault já havia citado no primeiro capítulo de *As Palavras e as Coisas*. Para Derrida, o nome próprio é uma unidade enunciativa que nos promove um pacto com a morte. O que é receber um nome próprio, para Derrida? É estar prometido à morte, receber um nome é receber um ferimento sem nome. E ao receber o sobrenome de meu pai recebo um “*status natal*” que não me pertence, nome falso, nome impróprio, promessa da morte. Derrida chamará de “luto pressentido”. Nomear, assim, é sempre *simulacrum* de um batismo que eu mesmo recebi. Tal como o nome próprio como tema é, filosoficamente, *simulacrum*, repetição de um tema milenar que passou por Sócrates, Russel, Saussure, Searle, Derrida...

<sup>1</sup> Tradução nossa.

O nome próprio de autor nasce quando se instaurou um regime de propriedade para o texto literário. (Foucault dirá que é com a transgressão, quando o autor passa a ser passível de ser punido, quando inventaram as regras estritas dos direitos autorais, no final do século XVIII.) Antigamente, o anonimato na Literatura era comum ou até uma condição. Já no discurso científico, o nome próprio era um atestado da legitimidade das fórmulas, Hipócrates disse isso, então é ciência..., Plínio disse... Mas houve uma inversão entre o século XVII e todo o XVIII, quando o anonimato passa a não ser mais suportável para o campo literário enquanto que o científico passa a se legitimar por si próprio e se tornar anônimo.

## 2. NATUREZA DA PROBLEMÁTICA

Para contextualizar a natureza da problemática do nome próprio, recordemos a frase com a qual John Searle abre seu célebre capítulo a respeito da relação entre Nomes Próprios e Intencionalidade: “O problema dos nomes próprio deveria ser trivial...” SEARLE, 2002, p. 321). No entanto, vários filósofos se dedicaram ao tema desde os tempos mais antigos, e resulta interessante que Searle inicie assim este seu estudo (Searle é um autor muito inovador: por exemplo, no que diz respeito a pressupor a tese de que a filosofia da linguagem apenas pode surgir como uma ramificação da filosofia da mente, sendo que os atos de fala e percepção são atos do cérebro humano). Bem verdade, Searle fala do nome próprio como um problema

trivial quando este problema aparenta ter sido tão exaustivamente trabalhado desde a Antiguidade e, no diálogo platoniano do *Cratyle*, Sócrates afirma que o estudo dos nomes não é uma pequena tarefa. Mas se por um lado a questão poderia ser trivial e, por outro, parece que não é uma pequena tarefa, vemos talvez menos um choque de posturas do que uma necessidade emergente de se explicar o prisma teórico dos nomes próprios.

Para explicar este prisma teórico teríamos que nos apoiar, teórica e expressivamente, muito mais na dimensão do texto “O que é um autor?” (onde em determinado momento Michel Foucault não pode deixar de citar *Speech Acts*, lançado no mesmo ano de 1969) do que nos métodos analíticos de John Searle. Também não poderíamos deixar de abordar os temas barthesianos sempre contemporâneos, ou seja, os que circulam sobre o nascimento do autor moderno juntamente com seu texto, a dessacralização da imagem do autor e a importância capitalista por sua pessoa. Igualmente, seria impraticável esquivar-se do alicerce temático estampado por Walter Benjamin, para quem o narrador vem morrendo porque a sabedoria está em extinção. Lembremos que, segundo o filósofo, a narração dos romances teria perdido o caráter da linguagem que comunica com valores que nem sempre precisam ser novos, para a tendência à supervalorização da difusão da informação (cujo valor só se dá no momento em que há novidade, e então morre). Assim, relatos como os de Heródoto e de outros narradores do passado, em que a oralidade não assimilava uma apenas

“novidade”, tendem a distanciar-se do romance hoje. A verdadeira narrativa é, para Leskov, uma arte artesanal (diria Bejamin). Como hoje, com os processos sofisticados da imprensa, já não é assim, a arte de narrar está extinta.

Entretanto, voltando ao texto de Foucault, veríamos que se destina a averiguar mais a função específica do nome de autor do que em estudar a natureza do nome próprio, ou dos nomes próprios em geral – se bem que ele mesmo afirmará que o nome de autor é um nome próprio, mas diferente dos outros, e que sofre os mesmos problemas dos nomes próprios. Apesar de ser Foucault quem estipula e arquiteta a função-autor, abrindo, deste modo, todo um novo panorama de compreensão da natureza dos nomes próprios, podemos afirmar que ele passa um pouco por alto na contextualização direta do problema do nome próprio. Não era essa sua missão. O que Foucault queria, obviamente, era legitimar todo um modo diferente de focalização do sujeito, e esse foi um artigo que desembocava, neste caso, no estatuto da autoria.

Ao mesmo tempo, o texto “O que é um autor” provavelmente foi mais longe do que se supunha. Um texto híbrido que se inspirou, notadamente, em vários estudos do nome próprio, e, também, em Searle. Ao que se sabe, Roland Barthes havia publicado, um ano antes, “A morte do autor”, e o filósofo estava neste âmbito de debates, um tanto quanto recentes, além disso, se destinava a reavaliar alguns pontos nascidos em “As Palavras e As Coisas”, redigido três anos antes, e que não havia deixado Foucault

completamente feliz. Foucault procura tornar manifesto que o nome de autor situa-se na cisão entre escritor e narrador, lugar e não-lugar, o que é talvez a investigação de uma experiência mais complexa do que a denúncia do afastamento (écart) histórico perante o peso de uma imagem de autor. Mas, em suma, no que se refere a uma contextualização e a um culto com toda uma tradição histórica dos nomes próprios, podemos dizer que Searle foi quem melhor colocou a questão às claras.

C’est la même objection que John Searle soulève dans son chapitre sur les noms propres, et c’est probablement ce que Foucault a dans l’idée quand il affirme dans le préambule de ‘Qu’est-ce qu’un auteur?’ ‘l’impossibilité de traiter [le nom] comme une description définie’. Il est donc surprenant que Foucault, malgré la référence explicite à *Speech Acts*, ne se serve pas du tout de la simple solution searleenne de ce problème bien connu. Même si aucune description particulière à propos de cet individu n’est analytiquement vraie, la *disjonction* de ces descriptions l’est. L’amélioration de Searle consiste donc à particulière, mais à un ensemble de descriptions qui s’entrecroisent, sans doute comme des ‘ressemblances de famille’ wittgensteiniennes. Le nom propre se référerait tout simplement à la personne qui satisfait au mieux à tous moments dans la lecture foucauldienne du chapitre de Searle. Ceci est particulièrement étonnant quand nous nous rendons compte qu’en fait la solution searleenne résoudra certains

des problèmes que Foucault rencontre dans sa théorie de la fonction-auteur. (BUCH-JEPSEN, 2001, p.54).

A armação de objeções constantes no final da apresentação do ensaio “O que é um autor”, as quais Foucault desliza com destreza, caminha para uma espécie de insatisfação coletiva para com um mesmo aspecto. Parece que os debatedores sentiram-se tocados com um traço específico, muito afiado e o mais complexo dentre os que foram enumerados no próprio texto: o nome de autor “não se define pela atribuição de um discurso ao seu produtor” (FOUCAULT, 1992, p.56). Quando se compreende a questão da autoria correspondente ao modo de ser discursivo de uma obra – é o que faz Foucault – formula-se uma instância funcional, de certo modo diversa da maneira a qual um simples nome próprio designa um indivíduo. O autor não condiz nem com aquele que produziu a obra, como também não pode estar no interior da obra (em primeiro lugar, como saber precisamente onde fixa-se a ideia de obra? O próprio Foucault põe de imediato: *não existe uma teoria da obra.*) O autor se localiza, então, não no lugar histórico ou no literário, mas mais propriamente num hiato entre o indivíduo que escreveu e o narrador da ficção, na cisão entre escritor real e locutor fictício: um *espaço vazio*.

O trabalho de Foucault dá-se justamente num momento crítico em que se intensifica uma necessidade: a afirmação teórica do tema *morte do autor*. O fenômeno da extinção da arte narrativa e, com ela, da morte da pessoa do narrador, já é notado por Benjamin em 1936 (BENJAMIN, 1996, p.197-221).

No debate final, lembremos que Lucien Goldmann aponta que Foucault estaria, centrado numa posição filosófica anti-cientificista, inserido numa moda de discurso da negação do sujeito da qual não é nem autor, nem instaurador. Foucault responde então, para sintetizar, que houve um desvio de entendimento de sua preocupação fundamental, a de analisar as regras de funcionamento da função autoria. Repararemos, portanto, no próprio texto, que ele efetua-se muito mais sobre a instância paratópica do autor literário, a investigação do *espaço vazio* onde quem escreve encontra *paragem*, do que, para dar um exemplo, Barthes em *O rumor da língua*:

Sem dúvida que foi sempre assim: desde o momento em que um facto é *contado*, para fins intransitivos, e não para agir directamente sobre o real, quer dizer, finalmente fora de qualquer função que não seja o próprio exercício do símbolo, produz-se este desfasamento, a voz perde a sua origem, o autor entra na sua própria morte, a escrita começa [...]. (BARTHES, 1984, p.49).

Problemática da interioridade, da “perda da origem”, da voz em presença “castrada”, na constituição textual. A presença da escritura aparece em detrimento da ausência, esvaziamento do sujeito em si, sujeito-escrevente dissociado do sujeito-autoria, onde “escrever assume a simbologia da castração, pois é a falta simbólica de um objeto imaginário, é necessário que o sujeito morra para que haja escrita.” (MALISKA, 2006, p.104).



## 3. ENTRE SEARLE E FOUCAULT

Efetivamente, Foucault não parece muito empenhado em deflagrar as antigas questões do nome próprio e não as define, não fala, por exemplo, em como os nomes próprios conectam-se com o objeto referido, ou em como os nomes próprios se proveem de sentidos. Já, por sua vez, o artigo de Searle transporta, desde o início, a preocupação direta e clara de como o nome próprio vem a ser uma função referencial em relação a seu objeto. Em resumo, são as repetidas referências a um mesmo objeto que lhe atribuem um nome, de modo geral. Outra coisa é que o nome próprio só compreende um significado num senso contextual com outros nomes associados a outras coisas, portanto, num sistema de diferenças com outros termos classificados no interior de uma dada língua. Mas isso é uma óbvia questão do estruturalismo.

Derrida determina, portanto, três níveis de violência na cena que ele intitula 'A batalha dos nomes próprios': o primeiro e mais primário, o mais fundamental, é o da instituição do nome próprio, que pode apenas *ser* nome próprio como uma função de sua diferença de outros nomes próprios. Um nome próprio em si nada significa, ele pode apenas desempenhar sua função de nomear em relação a outros termos numa dada classificação: 'o nome próprio nunca foi possível exceto por meio de seu funcionamento dentro de uma classificação: e, portanto, dentro de um sistema de diferenças'. É óbvio que o que Derrida está apresentando aqui é uma definição estrutural

do nome próprio que, ele nos lembra, o próprio Lévi-Strauss assume em outras partes de sua obra. Será lembrado que a definição de Saussure de linguagem era de que ela é um sistema de diferenças, onde os significados não residem nos próprios termos, mas nas relações diferenciais entre eles. Lévi-Strauss, será novamente lembrado, adotou o modelo de Saussure do sistema diferencial e aplicou-o aos sistemas de parentesco e classificação de sociedades tradicionais. Entretanto, a conceituação de Saussure e, após ele, a de Lévi-Strauss, de diferença em linguagem é *fonocêntrica*, segundo Derrida. Como ficamos sabendo acima, a definição preliminar de Saussure do escopo da ciência da linguística exclui e descarta a escritura como um auxiliar não-essencial da linguagem falada, como simples mediação externa do cerne autêntico e vivo da fala. De modo semelhante, o estruturalismo de Lévi-Strauss é um fonocentrismo na medida em que seus métodos de análise tomam como modelo os da fonologia, o ramo da linguística que estuda os sistemas de som de linguagens específicas ou de linguagens em geral [...]. (JOHNSON, 2001, p.31-32).

A problemática controvertida, em Searle, está no fato de esses objetos serem realmente invisíveis no nosso sistema de representação, cuja competência é, aparentemente, a de estratificar o mundo em objetos e nomes. Não é possível cobrar isso de Foucault, pois basicamente seu desejo não tinha a ver com o de Searle, que, por seu lado, se ligava a todo um projeto, no campo das análises da mente, a respeito da teoria

da Intencionalidade. Há quem pense que Foucault propunha um trabalho mais criativo do que investigativo. Não seria o caso dimensionar o grau de criatividade desses autores, isso sequer seria exatamente possível, talvez sim seria viável tentarmos notar seus distintos interesses. De todo modo, sabemos que Foucault queria mais era incitar outras questões operacionais no campo da estética, tal como Derrida que, naquele momento, sustentava agudas divergências com o método de Searle.

Dentre muitos outros textos que nos possibilitam o que podemos chamar de uma identidade por um prisma teórico, temos o *Tours de Babel*, traduzido em 2002 para o português por Junia Barreto. Seria impossível esquecer este livro. Babel é o nome próprio que condiz com a esfera mitológica da tradução e da origem dos nomes, da metáfora, da confusão do próprio, da proliferação do simbólico. Jacques Derrida vai, brilhantemente, neste livro, tratar diretamente da questão filosófica do nome próprio, situando-o como tema do tema, realçando a performance do nome mais próprio possível, o nome de Deus, o lamento de Deus sobre seu nome. Isso vai incitar alguns giros, alguns *tours* (torres, torções, contornos), sobre outras questões filosóficas do nome próprio.

No entanto, é graças, principal e historicamente, a Foucault que houve toda uma reabertura da questão semântica dos nomes próprios de pessoas, dos lugares enunciativos e seus confrontos, capacitando os atuais estudos estéticos da designação, entre filósofos, linguistas, historiadores, e outros mais. No Brasil, temos, destacando-se dentre outras, as recentes investigações

do semanticista Eduardo Guimarães, para quem “a capacidade referencial não é assim o fundamento do funcionamento dos nomes próprios” (GUIMARÃES, 2002, p. 42). Os nomes próprios de pessoa, segundo este autor, constituem um complexo processo de referenciação a partir de um acontecimento enunciativo. Tal acontecimento se localizaria no presente da enunciação e não no sujeito ou expressão, o que evoca outra acepção da temporalidade. Há toda uma gama de renomeações e outras designações, pela qual o sujeito passa, na cena social, e pela qual reconstrói enunciativamente a unicidade do nome que lhe é próprio. Diferentemente da visão de Ducrot<sup>2</sup>, para Guimarães o falante é “uma figura política constituída pelos espaços de enunciação”, tal como a pessoa que nomeia não está, unicamente, numa atividade psicofisiológica do nomear, mas é um sujeito enquanto determinado pelo processo discursivo de nomear.

Guimarães não cita diretamente Foucault mas está relativamente próximo dele, como vemos por exemplo quando, no começo de *A ordem do discurso*, Foucault supõe que:

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1998, p. 8-9).

2 Ver: GUIMARÃES, Eduardo. “Espaço de Enunciação”, in Id. *Ibid.*, p. 18.

Ou seja, no interior de toda sociedade, o espaço do discurso desdobra diversos micropoderes para efetuar sua autoproteção sistemática, impalpável, e os sujeitos, com seus nomes próprios, não são mais que pínos energéticos desse uso político.

Mas, voltando ao caso inicial de Foucault e Searle, notemos que eles escrevem de modo totalmente diferente, são dois nomes e dois estilos de composição. Nos confortando um pouco em produzir uma síntese enfraquecida do pensamento searleano, acreditamos que, mesmo achando-nos na linha diretiva de Foucault, não podemos nos omitir de explicar o artigo de Searle, para contextualizar a natureza da problemática dos nomes próprios. Eles “carecem de um conteúdo intencional explícito”, para Searle, mas devem depender, de algum modo, de uma causalidade intencional, um conteúdo intencional. Essa é sua grande questão. Para propor um cabide teórico a fim de entender a isso, Searle recorre às duas escolas filosóficas que se preocuparam, exaustiva e historicamente, em definir o processo de como os nomes próprios se ligam ao seu objeto referido: o descritivismo e a teoria causal.

Em suma, a escola da teoria causal (Kripke, Devitt, Donnellan) refuta o descritivismo e seus esquemas e, deste modo, insiste que, para se entender o elo entre os nomes próprios e as coisas, é preciso haver um certo quadro causal externo, uma cadeia exterior à comunicação. Os nomes, deste modo, sempre conotariam uma relação designacional externa entre as coisas do mundo mas chegam a elas de modo improfícuo. Kripke, por exemplo – um dos causalistas

mais citados por Searle –, defenderá uma cadeia causal nunca pura. Em síntese: cada vez que emite um nome próprio, o falante está mimetizando o processo daquele que lhe transmitiu o nome, pela primeira vez, daquela coisa, quer dizer, a busca seria sempre de se aproximar do batismo originário de um objeto ou sujeito. Porém, Searle fortemente o censura utilizando-se de vários contra-exemplos, um deles é o caso do nome próprio Ramsés VIII.

Suponhamos, apenas para argumentar, que temos um vasto conhecimento acerca de Ramsés VII e Ramsés IX. Neste caso, poderíamos empregar, sem sombra de hesitação, o nome ‘Ramsés VIII’ para nos referir ao Ramsés surgido entre Ramsés VII e Ramsés IX, ainda que as diversas cadeias causais do antigo Egito nos omitam Ramsés VIII. (SEARLE, 2002, p.331).

O que ocorre neste caso de Ramsés VIII, enxertado entre os Ramsés VII e o IX, é que, como nome próprio, indica mais a totalidade de uma rede da Intencionalidade. Conforme Antonio Campillo, para que cada nome próprio seja efetivamente “próprio”:

[...] tiene que ser citable y clasificable, esto es, tiene que ser diferenciable en relación consigo mismo y en relación con toda una red de nombres propios. En otras palabras, tiene que ser desapropiable, comunicable, separabe del yo/aquí/ahora de cada enunciación singular, atribuible a otros muchos ‘yo’, ‘aquí’ y ‘ahora’. Precisamente por ello el significado de un nombre propio puede ser nunca



del todo determinado, ya que no hace sino remitir a otros nombres propios, y éstos a su vez a otros, a lo largo de una red o cadea interminable. (CAMPILLO, 1992, p. 27).

Outro caso extremo é o dos numerais: cada número é apenas o nome de um número, o “um” é o nome do número um, dentro de uma cadeia reguladora que não se refere essencialmente a nada, a não ser ao modo de ser de um campo específico chamado matemático. Muito parecido com o pensamento foucaultiano. Quer dizer, para Foucault, no seu intuito (como Barthes) de derrotar a monarquia do autor, de dessublimá-lo, a rede seria a de “um certo modo de ser do discurso”. Enfim, para botar Kripke contra a parede, Searle supõe uma comunidade primitiva em que todas as relações de nome próprio sejam perceptíveis, diretas, onde todos se conheçam e participem dos rituais de batismo entre si. Nesse exemplo fictício, Searle mostrará rapidamente que sempre haveria então um conteúdo intencional satisfeito pelo objeto referido. De todo modo, Searle se aproxima um pouco mais de autores como Mill e Frege, para quem o nome próprio é mais uma função de referência e denotação do que uma conotação causal.

Searle começa explicando a segunda escola, a teoria causal, e não a primeira. Acreditamos que assim o faz porque possui um interesse de sublinhar, mais à frente, que os teóricos como Kripke e Donnellan, apenas são suficientemente eficazes, em seus argumentos, quando se aproximam do descritivismo. A teoria causal se colocou, historicamente, em contraposição à teoria descritivista quando, para Searle, ela apenas

é uma variante dela – eis uma das maiores contribuições do seu pensamento sobre esse assunto.

Ademais, o interessante é que há, de certo modo, uma justaposição bem grande da leitura foucaultiana do nome próprio, com o texto de Searle. Foucault, com toda sua sofisticação, também se aproxima dos propósitos de afastar o nome próprio do *topos* causal, pois está notadamente dedicado a mostrar que o nome de autor pactua-se mais com uma rede, um campo de coerência (de textos, de estilos, de estatutos sociais, de garantias de recepção, de sistemas jurídicos), toda uma intencionalidade neutral e invisível, do que com o próprio eu-escrevente. Foucault enforca o sujeito. E Searle, de algum modo, com todo seu epistemologismo, sua tentativa de traduzir, desembaraçar, as (in)tensões biológicas e intrincamentos do cérebro humano e não do poder microfísico, já havia dado um passo neste sentido, ao mostrar que é da natureza de todo nome próprio este liame com uma rede de conteúdos intencionais. Todavia, ainda se acha totalmente ancorado numa vontade de reabilitar uma investigação temporal. O que o estudo das hipóteses entre o perspectivismo mental e a natureza do nome próprio não o faz, é tornar extremamente acessível, como conseguiu Foucault, mesmo com todas suas obliterações, um debate novo – e ao mesmo tempo velho<sup>3</sup> – sobre a relação entre nome

3 Quem sabe, esta vem a ser a mais arrebatadora lição aspirada pelo ensaio “O que é um autor?”. Este texto, em peculiar, remonta a toda uma excentricidade que muito tem a ver com Blanchot. Inclusive, Anna Poca afirma que “tal vez sean los libros de M. Foucault, no cesamos de constatarlo, los que operan la inversión más radical de la

próprio e o espaço. Assim, podemos reafirmar que, no seio da indignidade, da desautoridade do nome próprio, a nossa problemática é de ordem foucaultiana.

#### 4. A LIÇÃO INVISÍVEL

Perguntemo-nos se não é isso mesmo o que Foucault parece querer fazer, ou seja, um artigo incompleto e, mais que isso, uma incompletude que faz da temporalidade do debate uma coreografia confusa entre passado e futuro – trazendo à superfície teórica algo que parece velho e, simultaneamente, algo que parece original. Ao invés de tentar-se pelo segredo dos nomes próprios – usando de sua escrita, de seu discurso, como operacionalidade para revelá-lo – ele cria uma instância de discursividade, abre um espaço heteromorfo de interpretação que, por assim ser, ainda mais soterra o problema. Ele mesmo parece ser o instaurador de uma maneira de discursividade que anula um ponto de convergência total, formulando assim toda uma desadaptação da noção de escrevente que igualmente o engloba. E a podemos entender, para além do esforço em definir o termo “função-autor”, como algo que não foi talvez suficientemente explicado: uma textualidade ambígua e hesitante no que concerne a uma visão dos nomes próprios, e que assim o é justamente porque ultrapassou certos deveres antigos, mas ainda continua lado a lado com eles.

---

imagen propuesta por la lógica de la producción literaria blanchotiana: su quehacer excéntrico, pues la imagen extraña la verdad y no la entraña. Su lección todavía resuena de este modo sigiloso: hacer funcionar ficciones en el interior de la verdad...” (POCA, 1992, p. 106).

A propósito do funcionamento do nome próprio e desse interesse por Pêcheux, Claudine Haroche explicará que:

O nome próprio, nome determinado por excelência, garantido pela unicidade do sujeito que o designa, é igualmente suscetível de remeter ao indeterminado. Assim, o funcionamento gramatical do nome próprio, longe de ser neutro e estritamente formal, isto é, de estar ao abrigo de toda ideologia, está na realidade intrinsecamente ligado ao funcionamento jurídico. (HAROCHE, 1992, p.203-204).

Niels Buch-Jepsen, estudando, e por vezes criticando, as profundas consequências do trabalho que Foucault realizou acerca dos nomes próprios, em seus “traçados duplos”, contestará este viés jurídico-estético.

Um dos argumentos que Foucault nos oferece em favor da tese que a função-autor é distinta do escritor real, e que é ao mesmo tempo sua justificação para descrever o autor como ‘produto ideológico’ repousa sobre um aparente desacordo entre a maneira a qual nós percebemos normalmente o autor como pessoa (quer dizer como gênio, como criador, como proliferador de sentidos) e a maneira a qual nós percebemos os textos que tem autores (ou seja, como constrangimentos em seu sentido e limitados em seus usos). Evidentemente, esse argumento está estreitamente ligado à renúncia foucaultiana da ideologia burguesa: ele discerne a noção que um texto autorizado é um texto que pode ser submetido a uma interpretação e que o sentido de um tal texto está

constrangido, e que sua unidade e sua coerência estão situados em um sistema de valores, e é esta noção que ele deseja por em questão mirando a função-autor. Mas, reduzindo o nome de autor a um predicado que indica um certo modo de discursos, os proprietários desta noção são vistos como fundados por concepções de literatura antes que pelas atitudes psicológicas individuais. Isto está bem. Mas aqui não há evidentemente mais nenhum papel a desempenhar para um autor-em-carne-e-osso com uma personalidade, uma biografia, e sobretudo com um estatuto jurídico e social, e se o autor é somente um ‘produto ideológico’ nessas concepções literárias, não se pode lhe repreender de reproduzir a ideologia burguesa. Quando Foucault lança um ataque ao texto autoral porque este conserva a ideologia burguesa conciliando uma autoridade quase-divina ao autor, é como se seu alvo fosse sempre o autor-em-carne-e-osso que informa o texto com um sentido secreto e interno. (BUCH-JEPSEN, 2001, p. 58).<sup>4</sup>

Acreditamos que Foucault, como mesmo diz em resposta a Lucien Goldmann, no debate após a apresentação de sua conferência, não está a “reduzir” o nome de autor sob um modo equivocado ou restrito de preconcebê-lo como simples produto ideológico ou estético. Como diz Maria Marta Furlanetto, “Foucault deixa claro que não está reduzindo o autor a uma função, mas apenas dando uma resposta possível a qual

seria o *modo de existência* do autor nas circunstâncias em questão – portanto presumindo sua existência.” (FURLANETTO, 2006, p.121). Teríamos que estar a ouvi-lo falar, para entender onde Foucault chega e Searle não chega, a ouvi-lo responder às questões do debate. Foucault pode ser menos epistemologicamente “confiante” que Searle, naquele fim dos anos 1960, coisa que denotamos, justamente, sob uma fala paratópica que arruína a tecnologia de produção de uma monarquia autoral. Acontece que seu próprio nome próprio entra em questão como assinatura e *performance* de fala. Talvez sua própria voz nos convencesse que está a vislumbrar problemáticas específicas do funcionamento do nome próprio com relação aos modos de funcionamentos discursivos que o englobam. Estes funcionamentos são alternantes, móveis, oscilantes, e assim Foucault procede em seu texto como que capturando em movimento de pensamento uma fluidez que estaria, no entanto, sob um rigoroso parâmetro prosódico. Se “O que é um autor?” se distingue da tendência investigativa, ou até historiográfica, de Searle ou Russel, e principalmente de muitos demais textos anteriores do próprio autor, se não é texto seguro e está cheio de aporias, variações de luzes, de vozes, de perspectivas, queremos crer que isso ocorre a partir de uma ordem mais proposital do que equivocada, ao falar sobre a questão do nome próprio. Pedro de Souza, ao investigar o trajeto da voz de Foucault – após ouvir mais de 500 horas de gravações de seus textos e entrevistas, na biblioteca francesa do Instituto da Memória das Edições

4 Tradução nossa.

Contemporâneas, IMEC – chega, em seu pós-doutorado, à conclusão que:

Ao escutar Foucault falando, nota-se certa alternância tonal, uma musicalidade entrecortando as frases para mostrar o quanto o dizer de uma não pode se reduzir ao de outra. Diria que ele não muda nunca, mesmo em conversas ocasionais, esta maneira de entoar proferimentos orais. É como se para ele, sempre enredado em uma espécie de função fática no ato de falar, ostentasse não só ele mesmo falando, mas sobretudo exibisse na voz o modo como as mudanças de regimes de poder e saber podem passar por nossas enunciações sem que nos deixemos inteiramente ser capturados pelo que se sedimenta nessa variação. Jamais se pode dizer que no jeito inventivo de falar fazendo história, o filósofo tenha alguma vez comprado gato por lebre, porque para ele não interessava a identificação legítima de um e de outro, mas sim experimentar, expor variações de luzes que ora obscurecem, ora iluminam os respectivos contornos das coisas. (SOUZA, 2009, p. 49).

Pois a questão do nome próprio, em paralelo com a ação escritural, parece conduzir a assinatura de Foucault, irresistivelmente, para esse percurso paradigmático e babélico. Começamos este ensaio explicando que em *Signatura rerum* Agamben enfoca o termo “paradigma” em Foucault. Para Agamben, o método foucauldiano é em si paradigmático, mas em determinado conceito de paradigma que é propositalmente aberto pelo olhar do próprio filósofo, tanto em *Arqueologia do Saber* quanto em *Vigiar e*

*Punir*, por exemplo. Foucault empreenderia um complexo sentido de paradigma, conceito analógico, onde ali está para resistentemente mostrar o próprio cânone do seu uso. Pablo Perera Velamazán, no artigo “Pensar de otro modo”, afirmava algo parecido ao dizer que o filósofo fazia nada mais que “pi-ruetas que exponen el pensamiento ante sí mismo.” (VELAMAZÁN, 1996, p. 111). Ora, Foucault foge da velha lógica das metáforas, das exemplificações modelares, onde o pensar está ante uma inabalável tradição metafísica, para propor uma voz mais propriamente paradigmática que seria

no sólo ejemplar y modelo, que impone la constitución de una ciencia normal, sino también y sobre todo exemplum, que permite reunir enunciados y prácticas discursivas en un nuevo conjunto inteligible y en un nuevo contexto problemático. (AGAMBEN, 2008, p. 26).

Foucault nos ensina, além de tudo, através de um novo contexto problemático, uma lição invisível: que só se pode discorrer sobre o tema dos nomes próprios, pós-historicamente, por uma escritura incompleta, ou intempestiva – variações de falas, vozes – cujas resoluções a serem determinadas sejam paradigmaticamente novas e, ao mesmo tempo, velhas, ditas e já-ditas; enfim, um texto que, deste modo, sabote o nome próprio, a assinatura tópica, daquele que busca escrever, falar.

#### REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Signatura rerum**. Sobre el método. Traducción de Flavia Costa y

Mercedes Ruvituro. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2008.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: \_\_\_\_\_. **O rumor da língua**. Trad. de Antônio Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1984.

BLANCHOT, Maurice. **Michel Foucault tel que je l'imagine**. Paris: Éditions Fata Morgana, 1986.

BUCH-JEPSEN, Niels. Le Nom propre et le propre auteur. «Qu'est-ce qu'une 'fonction-auteur?». In: JACQUES-LEFEVRE, Nicole; REGARD Frédéric. (Orgs.). **Une histoire de la 'fonction-auteur' est-elle possible?** Saint-Étienne: L'Université de Saint-Étienne, 2001.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CAMPILLO, Antonio. El autor, la ficción, la verdad. **Daimon 5 Revista de Filosofía**. Edición de Compobell, Universidad de Múrcia, 1992. Disponível em: < <http://revistas.um.es/daimon/article/view/12311/11851>>.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DERRIDA, Jacques. **Otobiographies**. L'enseignement de Nietzsche et la politique du nom propre. Paris: Galilée, 1984.

\_\_\_\_\_. **Salvo o nome**. Tradução de Nícia Adan Bonatti. Campinas: Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_. **Torres de Babel**. Tradução de Junia Barreto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Bauru: EDUSC, 2007. v.2

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. **O que é um autor?** Tradução de Antônio Fernando Caiscais e Eduardo Cordeiro. Rio de Janeiro: Passagens, 1992.

FURLANETTO, Maria Marta. Função autor e interpretação: uma polêmica revisitada. In: \_\_\_\_\_. SOUZA, Osmar de. (Orgs.). **Foucault e a autoria**. Florianópolis: Insular, 2006.

GOMES, Daniel de Oliveira; SOUZA, Pedro de. (Orgs.). **Foucault com outros nomes**. Lugares de enunciação. Ponta Grossa: UEPG, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. O nome próprio de Pessoa. In: \_\_\_\_\_. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

HAROCHE, Claudine. Análise crítica dos fundamentos da forma sujeito (de direito). In: \_\_\_\_\_. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

JOHNSON, Christopher. **Derrida**. A cena da escritura. Tradução de Raul Filker. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

MALISKA, Maurício Eugênio. Algumas considerações acerca das implicações subjetivas da escrita. In: FURLANETTO, Maria Marta SOUZA, Osmar de. (Orgs.). **Foucault e a autoria**. Florianópolis: Insular, 2006.

MILLER, James. **La passion Foucault**. Paris: Plon, 1993.

PLATÃO. Cratyle. In: **Oeuvres complètes**. Paris: Les Belles Lettres, 1931. t.5.

POCA, Anna. La latencia o la ficción de verdad. Sobre el método del discurso de M. Blanchot. In: **Daimon 5 Revista de Filosofía**, Edición de Compobell, Universidad de Múrcia, 1992.



SEARLE, John R. Nomes próprios e intencionalidade. In: \_\_\_\_\_. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SOUZA, Pedro de. **Michel Foucault**. O trajeto da voz na ordem do discurso. Campinas, SP: Editor RG, 2009.

VELAMAZÁN, Pablo Perera. Pensar de otro modo: Dos variaciones en torno a Michel Foucault. **Revista de Filosofia Anábasis**. Madrid, ano 3, n. 4, 1996/1.

ZOPPI-FONTANA, Mônica; GUIMARÃES, Eduardo (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**: a palavra e a frase. Campinas: Pontes, 2006.

Recebido para publicação em 21 set. 2012.

Aceito para publicação em 2 out. 2012.